

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.588.811 - PR (2019/0284645-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : ASFALTOS CONTINENTAL LTDA
ADVOGADOS : ROBERTO PEREIRA GONÇALVES - SP105077
KATIA NAVARRO RODRIGUES - SP175491
CAMILLA MATOS SAVI - SP327648
AGRAVADO : COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A
ADVOGADOS : MICHELE SUCKOW LOSS - PR032678
THAÍS MARQUES CAVALCANTI DE BRITO - PR068411

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial, interposto por **ASFALTOS CONTINENTAL LTDA.**, em face de decisão de inadmissibilidade de recurso especial.

O apelo extremo, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, objetivou reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (fls. 586-594, e-STJ).

1. Consoante dispõe o Regimento Interno desta Corte Superior, a competência das Seções e das respectivas Turmas é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa (artigo 9º, caput, do RISTJ).

No caso dos autos, a controvérsia reside a definir o prazo prescricional da pretensão de cobrança de valores referentes a consumo de energia elétrica, bem assim a natureza jurídica da contraprestação cobrada pelo serviço, em demanda deduzida contra concessionária de serviços públicos, o que denota a competência de uma das turmas integrantes da Primeira Seção desta Corte Superior para julgar o feito, de acordo com o artigo 9º, § 1º, inciso XIV, do RISTJ.

A questão envolvendo o prazo prescricional para a cobrança de valores relativos a consumo de energia elétrica por concessionária de serviço público fora apreciada pelas Turmas que integram a Primeira Seção. Confira-se: AgInt no AREsp 587.745/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, PRIMEIRA TURMA, DJe 02.04.2019; AgRg no AREsp 324.990/MS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, PRIMEIRA TURMA, DJe 05.02.2016; REsp 1.789.647/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, SEGUNDA TURMA, DJe 29.05.2019; REsp 1.113.403/RJ, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 15.09.2019.

Desse modo, tratando-se de matéria alusiva a direito público em geral, denota-se a competência de uma das Turmas que compõem a Primeira Seção (art. 9º, § 1º, XIV, do RISTJ), sendo recomendada a redistribuição do presente feito a um dos seus eminentes Ministros.

2. Do exposto, determino a remessa dos autos à Coordenadoria de Classificação de Processos Recursais para redistribuição do feito a uma das Turmas que integram a Primeira Seção.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator